



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



TJ-RS

500 QUESTÕES GABARITADAS - TJ-RS - TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

Técnico do Poder Judiciário
Área Administrativo-Judiciária

EDITAL Nº 14/2025 – DDP – SELEÇÃO – RECSEL

CÓD: SL-029ST-25
7908433282297

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico	19
3. Noções de Direito Constitucional.....	31
4. Noções de Direito Administrativo	49
5. Ética no Serviço Público	67
6. Organização e Funcionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.....	81
7. Noções de Direitos Humanos, acessibilidade e inclusão	89
8. Noções De Análise De Dados E De Inteligência Artificial	109

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (2025)

Assinale a palavra que mostra **erro** de grafia.

- (A) analisar.
- (B) excesso.
- (C) exceção.
- (D) gaz.
- (E) querosene.

2. (2025)

A única palavra de grafia correta entre as que aparecem abaixo é:

- (A) estrupo.
- (B) buginganga.
- (C) depedrar.
- (D) companhia.
- (E) muçulmano.

3. (2025)

Assinale a opção que apresenta a palavra que se escreve com **Z** e não com **S**.

- (A) Analisar.
- (B) Casamento.
- (C) Asarado.
- (D) Atrás.
- (E) Coisa.

4. (2023)

Sabendo-se que se escrevem com -EZ os substantivos derivados de adjetivos e com -ÊS os substantivos não derivados de adjetivos, assinale a opção em que todos os vocábulos estão grafados corretamente.

- (A) aridez / marquêz / viuvez.
- (B) camponês / acidez / escassês.
- (C) freguez / montanhês / mudez.
- (D) burguez / xadrez / pequinês.
- (E) tirolês / altivez / honradez.

5. (2025)

A opção em que todas as palavras estão corretamente acentuadas é:

- (A) juízo / raíz / Grajaú.
- (B) geléia / papéis / espanhóis.
- (C) sótão / órfão / fácil.
- (D) África / apóstolo / acróbata.
- (E) viuvo / aprecio / saúde.

6. (2024)

As palavras abaixo estão todas grafadas propositalmente sem acentos gráficos.

Assinale a opção em que todos os vocábulos são paroxítonos.

- (A) avaro / pudico / erudito.
- (B) aziago / tulipa / refem.
- (C) Nobel / etiope / rubrica.
- (D) filantropo / estalido / lampada.
- (E) recem / textil / decano.

7. (2023)

Assinale a opção em que todos os vocábulos são paroxítonos, com acentos gráficos corretos.

- (A) avaro / aziago / Nóbél.
- (B) récem / tulipa / estalido.
- (C) pudico / réfem / têxtil.
- (D) erudito/ filantropo / rubrica.
- (E) decano / etiope / bavaro.

8. (2023)

A frase abaixo em que as duas palavras sublinhadas mostram acento gráfico devido à mesma regra, é:

- (A) Quando a infância morre, seus cadáveres são chamados de adultos;
- (B) A adolescência é o período da vida em que os jovens se recusam a acreditar que um dia virão a ser tão tolos quanto os pais;
- (C) A melhor maneira de formar crianças boas é fazê-las felizes;
- (D) Insanidade é hereditária. Você pode pegá-la de suas crianças;
- (E) A metafísica é a tentativa de provar o inacreditável apelando para o incompreensível.

9. (2025)

Para responder a questão a seguir, leia a crônica “Esquisitices” de Luis Fernando Verissimo.

A família chegou na casa da praia e, enquanto o pai e a mãe se ocupavam de tirar os tapumes das janelas e religar a luz, a filha adolescente foi direto para o seu quarto e sentiu que havia alguma coisa diferente dos outros verões, um cheiro que ela não lembrava, um brilho nas paredes, alguma coisa. Quando foi ajudar a mãe a desempacotar as compras na cozinha, disse que o mar tinha invadido a casa e a mãe disse que o mar nunca chegava até ali, tá louca? Então invadiu só o meu quarto, disse a filha, e naquela noite, quando entrou no quarto para dormir, viu que o chão estava coberto de algas, e quando foi pegar um dos livros que tinha deixado na prateleira no verão anterior derrubou várias conchas no chão, e quando abriu a gaveta da sua mesinha de cabeceira – juro, mãe! – descobriu uma estrela-do-mar. Não conseguiu dormir, o som do mar invadia o quarto, ela chegou a ouvir o ruído de fritura da espuma se desfazendo ao seu redor, como se o mar estivesse arrebatando em volta da cama. E as paredes fosforescentes! Se um peixe prateado pulasse na cama, refletiria o brilho das paredes no ar, antes de cair ao seu lado. Passou a noite esperando o peixe prateado. De manhã a mãe disse que o mar não estava mais perto da casa, estava onde sempre estivera desde que eles tinham construído a casa, e que ela se acostumaria com o ruído. E que não, não sentira o cheiro novo nem vira as algas no chão do quarto, nem as conchas, você parece doida. A filha perguntou se o mar nunca tinha invadido a casa e a mãe respondeu que não. Depois pensou um pouco e disse: não que eu me lembre. Naquela noite a filha leu um pouco – apesar das ondas estourando ao seu redor – depois mergulhou a mão na água e pegou um cavalo-marinho para marcar o lugar, e fechou o livro. Estava pronta para o peixe prateado, estava certa de que nunca mais seria a mesma. Quando a mãe contou para o pai as esquisitices da filha naquele verão, o pai só disse uma coisa. Catorze anos é fogo.

VERISSIMO, Luis Fernando. *Verissimo antológico: meio século de crônicas, ou coisa parecida*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020.

Observa-se o emprego de palavra formada com prefixo que exprime ideia de negação em:

- (A) “enquanto o pai e a mãe se ocupavam de tirar os tapumes das janelas”.
- (B) “Quando foi ajudar a mãe a desempacotar as compras na cozinha”.

(C) “De manhã a mãe disse que o mar não estava mais perto da casa”.

(D) “A filha perguntou se o mar nunca tinha invadido a casa”.

(E) “Quando a mãe contou para o pai as esquisitices da filha naquele verão”.

10. (2024)

Assinale a frase abaixo cuja palavra sublinhada, formada com sufixo diminutivo ou aumentativo, não indica diminutivo ou aumentativo, mas uma palavra com sentido novo.

(A) Musical é uma revista de mulheres nuas, dizendo palavrão, com a plateia gargalhando, e a censura encolhida.

(B) Quando viu que tinha ladrão no filme, Maria Antônia, imediata e precavidamente, tirou duas pérolas das orelhinhas e guardou na bolsa.

(C) Quando pequeno eu usava sempre o mesmo terninho como uniforme escolar e me sentia elegante.

(D) A família morava num casarão, num bairro chique da Tijuca.

(E) Assim que chegou ao Rio, Amâncio passou a morar em um quartinho num lugar pobre, no centro.

11. (2024)

O sufixo -ada também pode apresentar o valor de “lugar”, como no caso do seguinte vocábulo:

- (A) criançada.
- (B) bacalhodada.
- (C) baixadada.
- (D) pedradada.
- (E) cafajestadada.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. FGV - 2024

Considere um dado cúbico com as faces numeradas de 1 a 6, mas de modo tal que, a cada vez que é lançado, a probabilidade de sair um número par é $\frac{2}{3}$. Após ser lançado em sequência 5 vezes e em todas elas ter saído um número par, esse dado é lançado em sequência mais 3 vezes. A probabilidade de, nesses 3 últimos lançamentos, terem saído 3 números ímpares é:

- (A) $\frac{1}{27}$;
- (B) $\frac{1}{9}$;
- (C) $\frac{5}{27}$;
- (D) $\frac{5}{9}$;
- (E) $\frac{8}{27}$.

2. FGV - 2024

Em uma urna há 12 bolas. Algumas são brancas e as demais, pretas. Se uma bola for retirada aleatoriamente dessa urna, a probabilidade de que seja branca é igual a $\frac{1}{3}$.

Uma forma de fazer com que essa probabilidade aumente para $\frac{1}{2}$ é

- (A) retirar da urna uma bola preta.
- (B) retirar da urna duas bolas pretas.
- (C) colocar mais 2 bolas brancas na urna.
- (D) colocar mais 3 bolas brancas na urna.
- (E) colocar mais 4 bolas brancas na urna.

3. FGV - 2023

Um dado cúbico honesto, com as faces numeradas de 1 a 6, foi lançado 3 vezes consecutivas. Sabe-se que a soma dos 3 números sorteados foi 8.

A probabilidade de o número 3 ter sido sorteado pelo menos uma vez é:

- (A) $\frac{10}{21}$
- (B) $\frac{8}{21}$
- (C) $\frac{5}{18}$
- (D) $\frac{3}{7}$

- (E) $\frac{2}{3}$

4. FGV - 2023

Rita chegou no elevador de um prédio comercial de cinco andares. Ela ia para o quinto andar e estava com pressa. Havia outras quatro pessoas esperando o elevador. Ela pensou que seria muito azar se uma daquelas pessoas fosse ao primeiro andar, outra ao segundo, outra ao terceiro e outra ao quarto.

A probabilidade de que o temor de Rita se concretizasse é igual a:

- (A) $\frac{4}{64}$;
- (B) $\frac{4}{625}$;
- (C) $\frac{5}{64}$;
- (D) $\frac{24}{625}$;
- (E) $\frac{25}{64}$.

5. FGV - 2023

Um dado cúbico foi fabricado de tal forma que uma de suas faces tem o número 1, duas de suas faces têm o número 2 e as demais faces, o número 3. Sempre que esse dado é lançado, todas as faces têm a mesma probabilidade de ocorrer.

Caso esse dado seja lançado duas vezes, a probabilidade de que a soma dos dois resultados obtidos seja ímpar é igual a

- (A) $\frac{4}{9}$.
- (B) $\frac{8}{15}$.
- (C) $\frac{2}{9}$.
- (D) $\frac{4}{15}$.
- (E) $\frac{1}{2}$.

6. FGV - 2023

Joaquim jogou um dado de seis faces, não viciado, por duas vezes, uma após a outra. A probabilidade de o resultado do segundo lançamento ser maior que o do primeiro lançamento é de:

- (A) $\frac{1}{12}$;
- (B) $\frac{1}{6}$;
- (C) $\frac{1}{3}$;
- (D) $\frac{5}{12}$;

(E) $\frac{1}{2}$.

7. FGV - 2022

Em uma urna há 6 bolas numeradas de 1 a 6.

Retiram-se da urna, aleatoriamente, 2 bolas em sequência e sem reposição. A probabilidade de o maior número nas bolas retiradas ser igual a 4 é

- (A) $\frac{1}{2}$
 (B) $\frac{2}{3}$
 (C) $\frac{1}{5}$
 (D) $\frac{2}{5}$
 (E) $\frac{3}{5}$

8. FGV - 2024

Dois eventos A e B têm as seguintes probabilidades:

$$P[A] = 0,5; P[B] = 0,6; P[A \cup B] = 0,8$$

A probabilidade condicional de A ocorrer dado que B ocorre é então igual a

- (A) $\frac{1}{3}$
 (B) $\frac{1}{2}$
 (C) $\frac{2}{5}$
 (D) $\frac{2}{3}$
 (E) $\frac{3}{4}$

9. FGV - 2023

Uma roleta honesta, composta por um disco dividido em 5 partes, com ângulos centrais do mesmo tamanho, está numerada com os algarismos -10, -1, 0, 1, 10, de modo que todos os números têm a mesma chance de serem selecionados. Roda-se a roleta duas vezes. Seja X o menor dos dois números selecionados e Y o maior deles.

A probabilidade de X ser menor ou igual a zero, dado que Y^2 é igual a 1, é:

- (A) 0,75;
 (B) 0,80;
 (C) 0,85;
 (D) 0,90;
 (E) 0,95.

10. FGV - 2022

Em uma determinada cidade, se chover em um dia a probabilidade de chover no dia seguinte é 60%. Se não chover em um dia, a probabilidade de chover no dia seguinte é 10%.

Hoje não choveu nessa cidade.

A probabilidade de não chover depois de amanhã é de

- (A) 90%.
 (B) 85%.
 (C) 81%.
 (D) 76%.
 (E) 72%.

11. FGV - 2022

Em uma urna há 5 bolas iguais, cada uma com uma letra da sigla **SEFAZ**. Todas as bolas têm letras diferentes entre si.

Retiram-se, aleatoriamente, 2 bolas da urna.

A probabilidade de que tenham sido retiradas as 2 vogais é de

- (A) $\frac{1}{5}$
 (B) $\frac{2}{5}$
 (C) $\frac{3}{5}$
 (D) $\frac{3}{10}$
 (E) $\frac{1}{10}$

12. FGV - 2024

Uma moeda é viciada de modo que, cada vez que ela é lançada, a probabilidade de ocorrer cara é igual

a $\frac{1}{4}$ e a probabilidade de ocorrer coroa é $\frac{3}{4}$. A cada lançamento o resultado é independente de lançamentos anteriores. Essa moeda é lançada 3 vezes consecutivas.

A probabilidade de que os 3 resultados sejam iguais é

- (A) $\frac{11}{16}$
 (B) $\frac{9}{16}$
 (C) $\frac{7}{16}$

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. 2024

Após um longo processo revolucionário, as forças populares de libertação do país Alfa lograram êxito em afastar a aristocracia que dominava o poder há décadas. Ato contínuo, foi publicada a nova Constituição de Alfa, cujo texto foi elaborado pelo comitê revolucionário, integrado pelas lideranças do movimento. Foram incorporados ao texto constitucional os valores que norteavam a sociedade naquele momento e que direcionaram a revolução, os quais adquiriram caráter normativo. Apesar de muito avançada e de prestigiar o princípio democrático, a Constituição de Alfa apresentava algumas dissonâncias em relação ao ambiente sociopolítico, as quais, com o passar dos anos, se mostraram insuperáveis, impedindo a sua projeção na realidade.

A Constituição de Alfa pode ser classificada como:

- (A) histórica e dirigente;
- (B) dogmática e nominal;
- (C) ortodoxa e semântica;
- (D) outorgada e normativa;
- (E) autoconstituição e cesarista.

2. 2023

Após um processo revolucionário, o poder político no âmbito do País Alfa foi assumido por certo grupo armado. Em razão do total rompimento com a organização política então adotada, foi elaborado um novo texto constitucional por esse grupo, com ulterior submissão à população do País Alfa, que somente tinha a opção de aprová-lo ou rejeitá-lo.

Esse texto, ademais, foi estruturado de modo a tão somente cancelar os objetivos do grupo político, assegurando a sua continuidade no poder, não se destinando propriamente à disciplina normativa dos institutos constitucionais.

Com a aprovação do texto pela população, o líder do grupo armado, após ressaltar o seu compromisso com os “valores da revolução”, editou um ato estabelecendo a sua vigência e tornando-o imperativo como Constituição do País Alfa.

Essa Constituição deve ser classificada como

- (A) cesarista e semântica.
- (B) nominal e promulgada.

- (C) outorgada e normativa.
- (D) bonapartista e semirrígida.
- (E) plebiscitária e compromissória.

3. 2025

Após amplos estudos realizados pelo Ministério competente, foi sugerido ao Presidente da República a apresentação de projeto de lei estabelecendo uma política pública especificamente direcionada a duas regiões do país, fundada em níveis de desenvolvimento humano, o que redundaria em direcionamento diferenciado de recursos e tratamento mais favorecido, quando cotejado com aquele dispensado às demais regiões.

O presidente do partido político Alfa, que tem grande penetração nas regiões preteridas, solicitou que sua assessoria analisasse a sua compatibilidade com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

A assessoria esclareceu corretamente que a proposta

- (A) não possui conformidade constitucional por desviar do objetivo fundamental de garantir o desenvolvimento nacional.
- (B) deve ser veiculada por meio de emenda constitucional, de modo a excepcionar a exigência de tratamento igualitário entre os entes federativos.
- (C) afronta a concepção de igualdade formal que deve reger o Estado de Direito, legitimando distinções de caráter arbitrário que buscarão amparo no subjetivismo do gestor.
- (D) é expressamente vedada pela ordem constitucional, que exige uniformidade das políticas públicas promovidas por cada ente federativo no interior do seu território.
- (E) se ajusta ao objetivo fundamental de reduzir as desigualdades sociais e regionais, ainda que redunde em tratamento inicial distinto entre as regiões do país.

4. 2024

Os princípios das relações internacionais presentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 refletem o compromisso do país com a cooperação pacífica, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção e a defesa da paz.

Com relação aos princípios das relações internacionais, analise os itens a seguir.

I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

II. A República Federativa do Brasil orienta suas relações internacionais pelo princípio da redução das desigualdades regionais.

III. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da concessão de asilo político.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

5. 2024

De acordo com o artigo 1º da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, consiste em um de seus fundamentos

- (A) a soberania popular com a democracia direta.
- (B) a liberdade de expressão irrestrita.
- (C) a dignidade da pessoa humana.
- (D) o incentivo a livre concorrência sem qualquer intervenção do Estado.
- (E) a polarização político-partidária.

6. 2024

Luiz, jornalista, preparou uma reportagem sobre a importância da Constituição Federal para a sociedade brasileira de uma forma geral, dando especial atenção, no seu texto, a um determinado fundamento da República Federativa do Brasil.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamento

- (A) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (B) a prevalência dos direitos humanos.
- (C) a solução pacífica dos conflitos.
- (D) a igualdade entre os Estados.
- (E) a soberania.

7. 2023

Ana, Inês e Bruna debateram a respeito dos princípios fundamentais que devem direcionar a República Federativa do Brasil nas relações internacionais. Ana defendia que um desses princípios é o da autodeterminação dos povos, indicativo de que o Brasil, mesmo que divirja das leis locais que apregoem práticas discriminatórias, quaisquer que sejam elas, deve respeitar o domínio reservado de natureza interna, sem formular qualquer juízo de valor. Inês ressaltava que as relações internacionais devem ser direcionadas pelo escalonamento dos Estados soberanos, conforme os paradigmas sociais e econômicos adotados pelo Brasil. Bruna, por sua vez, ressaltou que a concessão de asilo político, ainda que caminhe em norte contrário aos balizamentos estabelecidos pela ordem jurídica de outro Estado soberano, deve direcionar o Brasil nas relações internacionais.

O professor Clovis, ao analisar as afirmações de suas alunas, concluiu, corretamente, à luz da Constituição da República de 1988, que:

- (A) todas estão certas;
- (B) somente Ana está certa;
- (C) somente Bruna está certa;
- (D) somente Ana e Inês estão certas;
- (E) somente Bruna e Inês estão certas.

8. 2024

João constatou que era alcançado por uma norma constitucional que reconhecia determinado direito fundamental. No entanto, tinha dúvidas se esse direito fundamental poderia ser limitado por outro direito fundamental, igualmente reconhecido pela Constituição da República e que, em determinada situação, beneficiaria Pedro.

Ao fim de suas reflexões, João concluiu corretamente que, na realidade brasileira, a forma como os direitos fundamentais têm sido ordinariamente compreendidos indica que, em razão de suas características, dão ensejo a

- (A) potenciais conflitos, que devem ser resolvidos in abstracto.
- (B) posições jurídicas definitivas, logo, o seu direito não será afetado pelo direito de Pedro.
- (C) posições jurídicas prima facie, de modo que o conflito será resolvido no momento da aplicação das normas.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (2024)

De acordo com a doutrina, em matéria de elementos do ato administrativo, o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento para a edição do ato administrativo é denominado

- (A) objeto.
- (B) motivo.
- (C) forma.
- (D) finalidade.
- (E) motivação.

2. (2024)

No exercício da autotutela (controle administrativo), é **correto** afirmar que a manifestação de vontade da Administração no sentido de extinguir determinado ato administrativo válido, por razões de conveniência e oportunidade da Administração, para fins de melhor atender ao interesse público, é designada de

- (A) vinculação.
- (B) anulação.
- (C) revogação.
- (D) sublimação.
- (E) caducidade.

3. (2024)

As autoridades competentes da Administração Pública verificaram que, após a regular formalização de determinado contrato administrativo com a sociedade Begônia, a contratada descumpriu as cláusulas estabelecidas no contrato, de modo que, mediante o devido processo administrativo, a ela foi aplicada a respectiva sanção, de modo proporcional, com fulcro na Lei nº 14.133/2021.

Nesse contexto, a aplicação da sanção em comento corresponde à manifestação do(s) poder(es):

- (A) de polícia, em decorrência da denominada supremacia geral da Administração;
- (B) disciplinar, diante da relação de sujeição especial entre o contratante e o contratado;
- (C) de polícia, em razão da relação de sujeição especial entre o contratante e o contratado;

(D) disciplinar, em decorrência da denominada supremacia geral da Administração;

(E) de polícia, disciplinar e hierárquico, considerando a denominada supremacia geral da Administração.

4. (2023)

Com base em lei municipal que dispôs sobre os requisitos a serem observados para a realização de construções e reformas, Antônio, servidor público municipal, no exercício de suas atribuições legais, compareceu em determinada construção e constatou a afronta a certas vedações legais.

Por essa razão, notificou o proprietário a respeito dessas irregularidades, determinando sua correção no prazo estabelecido, sob pena de ser aplicada a sanção cominada.

A narrativa acima descreve uma atividade

(A) normativa de caráter individual, de natureza discricionária, que limita o direito de propriedade, impondo a observância de deveres positivos.

(B) administrativa, de natureza discricionária, com alicerce em ato normativo concreto, que limita a liberdade individual, impondo a observância de deveres positivos.

(C) normativa de caráter geral, típica do poder de polícia, de natureza discricionária, que limita a liberdade individual, impondo a observância de deveres positivos.

(D) administrativa, típica do poder de polícia, com alicerce em ato normativo concreto, que limita o direito de propriedade, impondo a observância de deveres positivos.

(E) administrativa, típica do poder de polícia, com alicerce em ato normativo abstrato, que limita o direito de propriedade, impondo a observância de deveres negativos.

5. (2023)

João, Delegado de Polícia no âmbito da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, encaminha um inquérito policial, devidamente relatado, ao Ministério Público, com o indiciamento de Tício pela suposta prática do crime de

roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo.

Matheus, agente público que atua no âmbito da vigilância sanitária, fiscaliza o estabelecimento comercial XYZ, apreendendo dezenas de produtos com prazos de validade expirados.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é **correto** afirmar que a atuação de João é uma manifestação da polícia

(A) administrativa que recai sobre indivíduos. Por outro lado, a conduta de Matheus é uma manifestação da polícia judiciária, que recai sobre atividades, bens e direitos dos indivíduos.

(B) administrativa, exaurindo-se em si mesma. Por outro lado, a conduta de Matheus é uma manifestação da polícia judiciária, que tem caráter eminentemente repressivo.

(C) judiciária, exaurindo-se em si mesma. Por outro lado, a conduta de Matheus é uma manifestação da polícia administrativa, que tem caráter eminentemente repressivo.

(D) judiciária, de caráter eminentemente repressivo. Por outro lado, a conduta de Matheus é uma manifestação da polícia administrativa, que se exaure em si mesma.

(E) administrativa, de caráter eminentemente repressivo. Por outro lado, a conduta de Matheus é uma manifestação da polícia judiciária, que se exaure em si mesma.

6. (2024)

Ao alcançar o ponto do conteúdo programático do concurso público para o cargo de Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima referente aos órgãos públicos, Filomena verificou a existência de classificação que leva em consideração a sua posição estatal, passando a investigar, por conseguinte, qual seria a classificação dos Tribunais de Justiça.

Nesse contexto, Filomena concluiu **corretamente** que os Tribunais de Justiça são

(A) órgãos personalizados.

(B) órgãos independentes.

(C) órgãos superiores.

(D) órgãos subalternos.

(E) entidades autárquicas autônomas.

7. (2024)

A estrutura do aparelho público brasileiro compreende a administração direta e a indireta, delineando as formas pelas quais o Estado organiza suas atividades.

Assinale a opção que apresenta as características de

uma sociedade de economia mista.

(A) Executa atividades econômicas, algumas das típicas da iniciativa privada e outras, assumidas pelo Estado como serviços públicos.

(B) Presta serviços públicos comerciais e industriais do Estado.

(C) Fornece serviços e promove ações colaborativas entre dois ou mais entes federativos com o propósito de atender ao interesse coletivo e proporcionar benefícios públicos.

(D) Desempenha atividades típicas do Estado.

8. (2024)

O Estado Delta pretende criar uma sociedade de economia mista para realizar atividade econômica de relevante interesse coletivo, especialmente voltada para promover o incremento de novas tecnologias, além de outras atividades no respectivo setor, que atuará em regime de concorrência.

No âmbito da organização administrativa, é **correto** afirmar que essa entidade administrativa é uma pessoa jurídica de direito

(A) privado, criada diretamente pela lei, integrante da Administração Direta, cujo regime jurídico de pessoal é o estatutário.

(B) público, criada diretamente pela lei, integrante da Administração Indireta, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.

(C) privado, que atua em colaboração com o Estado e não integra a Administração Pública, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.

(D) público, criada mediante autorização legislativa, integrante da Administração Direta, cujo regime jurídico de pessoal é o estatutário.

(E) privado, criada mediante autorização legislativa, integrante da Administração Indireta, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.

9. (2023)

O Prefeito do Município Alfa solicitou que sua assessoria esclarecesse como poderia ser criada uma empresa pública municipal.

A assessoria respondeu, **corretamente**, que

(A) a ordem constitucional proíbe que os municípios criem entes dessa natureza.

(B) deve ser criada por ato do Poder Executivo, independentemente de lei.

(C) a lei deve autorizar a sua instituição.

(D) deve ser criada por decisão judicial.

(E) deve ser instituída por lei.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

1. (2023)

Considere que João é servidor público e praticou irregularidade, no exercício de suas atribuições.

Com base na Lei Complementar no 10.098/1994, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade de João se dará na esfera administrativa e civil, ou penal.
- (B) a responsabilidade civil somente ocorrerá se praticada conduta comissiva ou omissiva em caso de dolo ou erro grosseiro.
- (C) a responsabilidade penal abrangerá os crimes e contravenções imputadas ao servidor nesta qualidade.
- (D) a responsabilidade civil-administrativa decorrerá da prática do ilícito, independentemente do dolo ou culpa de João.
- (E) caso praticada conduta que cause dano a terceiro, João deverá indenizar diretamente este pela prática do ilícito.

2. (2023)

Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei Complementar nº 10.098/1994.

- (A) Os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, serão organizados em carreira.
- (B) A comprovação do preenchimento dos requisitos para ingresso no cargo público ocorrerá na data da inscrição.
- (C) Posse é a aceitação expressa do cargo, formalizada com a assinatura do termo no prazo de 30 dias, a contar da nomeação.
- (D) A autoridade a quem couber dar posse verificará, sob pena da prática de improbidade administrativa, se foram cumpridas as formalidades legais para o provimento do cargo.
- (E) Ao servidor é proibido promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição.

3. (2025)

O chefe de um setor público tem a responsabilidade de distribuir os recursos para projetos internos de sua equipe. Ele decide favorecer os projetos de colegas próximos, que frequentemente o ajudam em tarefas pessoais.

Considerando a ética profissional, a situação acima viola o princípio da

- (A) impessoalidade.
- (B) eficiência
- (C) legalidade.
- (D) cortesia.
- (E) publicidade.

4. (2025)

Assinale a alternativa abaixo que melhor representa o conceito de Ética

- (A) é o estudo do comportamento humano, das escolhas individuais e sociais, e de como definir o que é certo ou errado.
- (B) é o estudo do comportamento difuso, das escolhas individuais e sociais, e de como definir o que é certo ou errado.
- (C) é o estudo do comportamento humano, das escolhas individuais e sociais, e de como definir o que é mais vantajoso.
- (D) é o estudo do comportamento humano, das escolhas individuais e sociais, e de como definir o que é duvidoso

5. (2024)

De acordo com a ética no serviço público, as regras que simplesmente proíbem ou ordenam, presumindo que o sujeito saiba fazer o que se ordena e conheça as condutas proibidas são chamadas de

- (A) permissivas.
- (B) imperativas.
- (C) construtivas.
- (D) cogentes.

6. (2023)

Analise as afirmações a seguir sobre a ética e sua relação no campo público e privado e informe se são verdadeiras (V) ou falsas (F).

() No âmbito da ética, um dos conflitos entre o público e o privado remete a uma “crise de valores”, uma vez que indica uma separação entre meios e fins.

() O pressuposto da separação entre meios e fins significa que estamos tomando a ética como técnica e não como práxis. Entende-se como técnica a heterogeneidade de natureza entre meios e fins, ou seja, entre o ato fabricante e o produto final; a práxis, ao contrário, caracteriza-se pela homogeneidade entre meios e fins.

() Na heterogeneidade entre meios e fins, a liberdade no campo público e privado deixa de ser a conquista da autonomia no seio da necessidade e contra a adversidade para tornar-se jogo, figura mais alta e sublime da contingência.

De acordo com as afirmações, a sequência correta é

- (A) F, F, F.
- (B) F, F, V.
- (C) F, V, V.
- (D) V, V, V.
- (E) V, F, V.

7. (2023)

No contexto institucional, uma decisão ética resulta de uma deliberação, de uma escolha consciente diante da pluralidade de elementos que envolvem determinada questão, com implicações para o profissional, para o usuário do serviço, para a instituição e para o conjunto da sociedade. Ações norteadas por princípios éticos e por uma competência que não se deixe burocratizar ou tecnificar, mas que reforce a direção social da profissão, requerem uma postura analítica da realidade e explicitação do

- (A) projeto de vida.
- (B) ideal a ser alcançado.
- (C) nível de ação.
- (D) objetivo profissional.
- (E) instrumental operativo.

8. (2023)

O propósito da ética é identificar regras que governem o comportamento humano e os “bens” que valem a pena buscar. As decisões éticas são guiadas por valores individuais ou princípios de conduta como, **EXCETO**:

- (A) Justiça.
- (B) Integridade.
- (C) Honestidade.
- (D) Individualismo.

9. (2023)

“É ter atitudes que não prejudiquem os outros, não quebrem acordos e não contrariem o que se considera certo e justo”.

A descrição acima refere-se a:

- (A) Ética
- (B) Cordialidade
- (C) Antipatia
- (D) Assertividade
- (E) Autoconhecimento

10. (2023)

Relativamente à ética, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A reflexão ética traz à luz a discussão sobre a liberdade de escolha.
- (B) A ética legitima as práticas e valores consagrados pela tradição e pelo costume.
- (C) A ética abrange a crítica das relações entre os grupos, dos grupos nas instituições e perante elas, contudo, não abrange a dimensão das ações pessoais.
- (D) A ética é um dos temas pouco trabalhados do pensamento filosófico contemporâneo, pois não é um tema presente no cotidiano das pessoas.

11. (2023)

Cada sociedade tem sua própria ética – conjunto de ethos que confere certa especificidade à sociedade ou à organização. Assinale a alternativa que apresenta um conceito de ethos.

- (A) Característica comum a todos os indivíduos pertencentes à comunidade global.
- (B) Característica sociocultural que se encontra uniformemente distribuída na sociedade.
- (C) Característica comum a um grupo de indivíduos pertencentes a uma mesma sociedade.

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

01. De acordo com o Regimento Interno do TJRS, a composição do Tribunal de Justiça é definida por:

- (A) 200 Desembargadores, com sede em Porto Alegre.
- (B) 170 Desembargadores, com sede na Capital do Estado.
- (C) 150 Desembargadores, distribuídos em câmaras regionais.
- (D) 170 Juízes e Desembargadores com jurisdição federal.
- (E) 180 Juízes e Desembargadores com atuação regionalizada.

02. Assinale a alternativa que corresponde à função do Tribunal Pleno, conforme o Regimento Interno:

- (A) Realizar julgamento monocrático em matérias administrativas.
- (B) Atuar apenas como órgão consultivo em matéria penal.
- (C) Eleger os integrantes do Conselho da Magistratura.
- (D) Julgar recursos de decisões do Presidente do Tribunal.
- (E) Eleger o Presidente, os Vice-Presidentes e o Corregedor-Geral da Justiça.

03. O Regimento Interno estabelece que o Presidente do TJRS será eleito para mandato de:

- (A) Quatro anos, permitida uma recondução.
- (B) Dois anos, vedada a reeleição.
- (C) Dois anos, com possibilidade de recondução uma única vez.
- (D) Três anos, permitida reeleição apenas em caso excepcional.
- (E) Dois anos, permitida recondução automática.

04. Considerando as regras do Regimento Interno sobre a sessão do Tribunal Pleno, é correto afirmar que:

- (A) As sessões do Pleno ocorrem exclusivamente no formato virtual.
- (B) O quórum mínimo é de 100% dos Desembargadores em exercício.

(C) O Desembargador mais antigo substitui o Presidente em suas ausências.

(D) O Corregedor-Geral preside as sessões em todos os casos.

(E) Não há previsão regimental de substituição do Presidente.

05. O Tribunal de Justiça do RS adota, em suas sessões públicas, o uso de vestes talares por seus integrantes. Essa exigência está prevista:

- (A) No Código de Organização Judiciária Estadual.
- (B) Na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.
- (C) No artigo 2º do Regimento Interno.
- (D) Em resolução do CNJ.
- (E) Em portaria conjunta das Corregedorias.

06. Quanto ao funcionamento das Turmas de Julgamento no TJRS, é correto afirmar:

- (A) As Turmas julgam apenas recursos extraordinários.
- (B) O 1º Vice-Presidente profere voto em todos os casos.
- (C) São formadas por Câmaras Cíveis e reúnem-se com quórum mínimo de 2/3 dos membros.
- (D) O Desembargador mais antigo presente não pode presidir as Turmas.
- (E) As Turmas têm competência exclusiva sobre matéria criminal.

07. As atribuições do Presidente do TJRS, segundo o Regimento Interno, incluem:

- (A) Designar os Relatores dos processos originários.
- (B) Exercer a inspeção da atividade judiciária e representar o Poder Judiciário.
- (C) Elaborar pareceres vinculativos para as Câmaras.
- (D) Julgar embargos infringentes.
- (E) Substituir os Vice-Presidentes nas ausências.

08. Segundo o Regimento Interno, o funcionamento do Órgão Especial exige quórum mínimo de:

- (A) 10 Desembargadores, com maioria absoluta de votos.
- (B) 20 Desembargadores, independentemente da matéria.
- (C) 17 Desembargadores, salvo disposição regimental diversa.
- (D) 15 Desembargadores, sempre com votação secreta.
- (E) 14 Desembargadores, com dois terços da totalidade.

09. Em relação à recusa de promoção por antiguidade, o Regimento exige:

- (A) Decisão da Corregedoria com aprovação da Presidência.
- (B) Fundamentação unânime do Pleno.
- (C) Votação pública com aprovação de 3/5 dos membros.
- (D) Fundamentação e aprovação por 2/3 dos membros do Órgão Especial.
- (E) Simples manifestação de preferência do Tribunal Pleno.

10. As Seções do TJRS, conforme o Regimento Interno, estão divididas em:

- (A) Seção de Jurisprudência e Seção de Execução.
- (B) Seção de Direito Público e Seção de Direito Privado.
- (C) Seção Administrativa e Seção Judiciária.
- (D) Seção de Recursos Ordinários e Seção de Revisão.
- (E) Seção de Instrução e Seção de Julgamento.

11. O Órgão Especial do TJRS é composto por:

- (A) 15 Desembargadores eleitos pelo Pleno.
- (B) 25 Desembargadores, metade por antiguidade e metade por eleição.
- (C) Todos os Desembargadores da Seção Cível.
- (D) 12 Desembargadores titulares e 13 suplentes.
- (E) 20 Desembargadores escolhidos por sorteio entre os grupos.

12. Sobre a atuação das Turmas de Julgamento do TJRS, é incorreto afirmar:

- (A) As Turmas podem julgar incidentes de resolução de demandas repetitivas.
- (B) Compete às Turmas uniformizar jurisprudência cível e criminal.

(C) O relator pode ser sorteado entre qualquer Desembargador do Tribunal.

(D) A presidência pode ser exercida pelo 1º Vice-Presidente ou pelo Desembargador mais antigo.

(E) As decisões das Turmas devem observar o art. 926 do CPC.

13. A respeito do funcionamento do Plenário, o Regimento Interno estabelece que:

(A) Não há exigência de quórum mínimo para deliberação.

(B) As deliberações são sempre tomadas por unanimidade.

(C) O quórum mínimo é de 2/3 dos cargos providos.

(D) Apenas o Presidente pode convocar sessão extraordinária.

(E) O Plenário só se reúne a cada dois anos.

14. Quanto à competência da Seção de Direito Privado, é correto afirmar:

(A) Compreende exclusivamente matérias bancárias e securitárias.

(B) Divide-se em grupos especializados e câmaras separadas.

(C) Substitui o Órgão Especial em julgamentos criminais.

(D) Trata apenas de ações que envolvam a Fazenda Pública.

(E) Tem competência subsidiária em questões constitucionais.

15. As sessões das Turmas do TJRS são válidas com a presença de:

(A) Todos os Desembargadores que a integram.

(B) Quórum simples de maioria absoluta.

(C) Mínimo de 2/3 de seus membros.

(D) Pelo menos um Vice-Presidente e um Relator.

(E) Metade dos integrantes, mais o Presidente.

16. Os Grupos Cíveis do TJRS são formados por:

(A) Câmaras Criminais e Especiais.

(B) Duas Câmaras Cíveis cada.

(C) Uma Turma e uma Câmara.

(D) Um Presidente e quatro Desembargadores.

(E) Câmaras de Direito Público exclusivamente.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

1. (2025)

A Lei nº 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, surge da necessidade de atender ao prescrito na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Com relação à LBI, assinale a alternativa correta:

(A) As pessoas discriminadas não podem merecer tutela jurisdicional coletiva, ainda que a discriminação alcance a honra e a dignidade de grupos que, historicamente, se sujeitam a atos discriminatórios de todos os tipos, quais sejam, os “grupos raciais, étnicos ou religiosos”.

(B) Estabelece a LBI, em seu art. 3º, IV, o que constitui “barreira”, indicando as mais comuns, as mais perceptíveis, como as barreiras urbanística, as arquitetônicas, as de transporte, mas deixando de lado as chamadas barreiras atitudinais detectadas nas “atitudes ou comportamentos” que impedem ou simplesmente prejudicam a “participação social” em igualdade de condições e oportunidades.

(C) Segundo o art. 75, III, da LBI, na propaganda política, debates eleitorais e pronunciamentos oficiais da Justiça Eleitoral ou de autoridades, é facultado o respeito à acessibilidade das pessoas com deficiência às informações, através da garantia do uso de recursos de subtitulação por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Linguagem Brasileira de Sinais (LÍBRAS), e audiodescrição.

(D) A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência traz uma mudança de paradigma no que diz respeito ao conceito de pessoa com deficiência, deixando de utilizar o conceito médico até então vigente no Brasil, “para adotar um conceito ambiental, muito mais preocupado com as barreiras existentes na realidade do indivíduo do que apenas e tão somente no aspecto médico”.

(E) A LBI estabelece que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade, assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. A LBI ainda estabelece a obrigatoriedade dos estabelecimentos educacionais, de qualquer nível e modalidade de ensino, cumprirem as incumbências estabelecidas pelo caput do art. 28 dessa lei, sendo que essa obrigatoriedade só se aplica aos estabelecimentos públicos.

2. (2024)

Luiz, estudante de Direito, resolveu analisar os contornos da Lei nº 13.146/2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinado a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Durante os estudos, Luiz se deparou com um conceito legal que lhe intrigou, qual seja, “*quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico.*”

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, é **correto** afirmar que se está diante do conceito de

- (A) elemento de urbanização.
- (B) barreiras urbanísticas.
- (C) adaptações razoáveis.
- (D) desenho universal.
- (E) mobiliário urbano.

3. (2024)

O Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê que é considerada barreira qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao aces-

so à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, analise as afirmativas a seguir:

I. Barreiras arquitetônicas são as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.

II. Barreiras nos transportes são as existentes nos sistemas e meios de transportes.

III. Barreiras urbanísticas são as existentes nos edifícios públicos e privados.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

4. (2024)

Nos termos da Lei nº 13.146/2015, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, é **correto** afirmar que a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará

- (A) a limitação no desempenho de atividades, a restrição de participação e os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, mas não os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.
- (B) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades, mas não a restrição de participação.
- (C) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, mas não a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação.
- (D) a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação, mas não os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo e os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.

(E) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação.

5. (2023)

A Convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência promulgada pelo Decreto nº 6.949/09, a qual inspirou a edição Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15), apresentou diversos avanços na defesa dos direitos humanos da pessoa com deficiência, sendo **correto** afirmar que

- (A) um dos princípios da convenção é a manutenção da dependência das pessoas com deficiência, sendo resguardada a possibilidade de tomada de decisão por terceiros em substituição a sua vontade.
- (B) para o reconhecimento da pessoa com transtorno mental como pessoa com deficiência é necessária a avaliação biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- (C) a pessoa com deficiência poderá ser tratada de forma diferenciada, tendo em vista as dificuldades que esta possui para a sua plena participação em sociedade.
- (D) sob a perspectiva biológica, é natural que haja uma diferenciação nas oportunidades em benefício das pessoas sem deficiência, tendo em vista a ausência de acessibilidade.
- (E) as crianças com deficiência devem ter moldadas as suas identidades, tendo em vista o desenvolvimento de suas capacidades.

6. (2022)

Segundo a Lei nº 13.146/15, os produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social definem

- (A) o facilitador arquitetônico.
- (B) a acessibilidade.
- (C) o sistema de comunicação.
- (D) a tecnologia assistiva.
- (E) a adaptação.

NOÇÕES DE ANÁLISE DE DADOS E DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

1. 2024

A Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei No. 13.709) define em seu Art. 5º alguns conceitos.

Um deles é o de

(A) agentes de tratamento: responsável pela utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento.

(B) controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais.

(C) encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

(D) operador: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

(E) titular: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

2. 2024

João, jornalista, Matheus, artista, e Luiz, estudante, debateram sobre a importância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e os reflexos que a referida legislação possui na atividade profissional de cada qual.

Nesse cenário, é correto afirmar que a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados):

(A) não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos, tampouco para fim exclusivamente artístico. Por outro lado, a legislação é aplicável ao tratamento de dados pessoais realizado para fim exclusivamente jornalístico;

(B) se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos. Igualmente, a legislação é aplicável ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico e artístico;

(C) não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos. Por outro lado, a legislação é aplicável ao tratamento de dados pes-

soais realizado para fins exclusivamente jornalístico e artístico;

(D) se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos. Por outro lado, a legislação não é aplicável ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico e artístico;

(E) não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos. Igualmente, a legislação não é aplicável ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico e artístico.

3. 2023

Jaqueline e Isabel são amigas muito próximas que tiveram que realizar o tratamento de dados pessoais no exercício de suas atividades profissionais, sendo certo que Jaqueline o fez para fim exclusivamente jornalístico e Isabel, para fim exclusivamente acadêmico.

Elas estão debatendo a aplicabilidade da Lei nº 13.709/2018 em cada um dos casos especificados, de modo que concluíram corretamente que tal norma

(A) deve ser aplicada em ambas as situações, na medida em que as pessoas naturais em tais circunstâncias são consideradas controladoras dos dados.

(B) deve ser aplicada no tratamento de dados realizado por Jaqueline, em decorrência da correlação com a atividade jornalística.

(C) não deve ser aplicada em nenhuma das situações descritas, pelo simples fato de o tratamento ter sido realizado por pessoas naturais, independente da finalidade.

(D) não deve ser aplicada na situação de Isabel, que deve respeitar as hipóteses em que é possível o tratamento de dados pessoais e dos dados sensíveis previstos na norma.

(E) deve ser aplicada em ambas as hipóteses, salvo se Isabel e Jaqueline demonstrarem que realizaram o tratamento para fins pessoais e não econômicos.

4. 2023

A MEGK é uma indústria farmacêutica com sede na Alemanha e possui uma fábrica no Brasil. A unidade brasileira da MEGK tem estimulado que profissionais de saúde que atuam no território nacional colem dados pessoais de saúde de pacientes em tratamento com fármacos produzidos na fábrica do Brasil, de modo a apoiar seu centro de pesquisas. Considerando a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), a coleta de dados pessoais de saúde:

- (A) está sujeita à aplicabilidade da LGPD somente para pacientes brasileiros;
- (B) não é aderente à LGPD pois a indústria farmacêutica tem sede na Alemanha;
- (C) é objeto de aplicação da LGPD visto que a ação de coleta é executada em território nacional;
- (D) está alinhada ao conceito de tutela de saúde, possibilitando seu compartilhamento com outros prestadores de serviços de saúde sem exigir consentimento do paciente;
- (E) não está sujeita à aplicabilidade da LGPD por tratar-se de pesquisa para tratamento de doenças, cujo benefício é maior que a proteção de dados.

5. 2022

Sobre os tipos de dados abordados pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) em vigor no Brasil, analise as afirmativas a seguir.

I. O número de telefone e o endereço de IP de acesso à Internet são considerados dados pessoais.

II. Dados de adolescentes podem ser coletados e repassados a terceiros sem o consentimento dos pais, desde que sejam pseudonimizados.

III. Dados biométricos são classificados como públicos e não estão sujeitos à LGPD.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

6. 2022

Raquel resolve sair para comemorar sua efetivação como advogada no escritório em que estagiava e se encontra com seus amigos em um bar. Logo ao entrar no local, o garçom a convida para realizar um breve cadastro a fim de lhe fornecer um cartão que a habilitaria a consumir no local.

Ao realizar o cadastro, Raquel se surpreende com as inúmeras informações requeridas pelo garçom, a saber: nome completo, data de nascimento, CPF, identidade, nome dos pais, endereço, e-mail e estado civil.

Inconformada, Raquel se recusa a fornecer os dados, alegando haver clara violação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, ao que o garçom responde que, sem o fornecimento de todas as informações, o cartão não seria gerado e, por consequência, ela não poderia consumir no local.

Com base nessas informações, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) É válida a coleta de tais dados pelo bar, haja vista que foi requerido o consentimento expresso e destacado da consumidora.
- (B) A coleta de tais dados pelo bar é regular, uma vez que não constituem dados pessoais sensíveis, o que inviabilizaria o seu tratamento.
- (C) É válida a exigência de tais dados, pois trata-se de política da empresa, no caso do bar, não cabendo à consumidora questionar a forma de utilização dos mesmos.
- (D) A exigência de tais dados viola o princípio da necessidade, pois os dados requeridos não são proporcionais às finalidades do tratamento de dados relativos ao funcionamento de um bar.